



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que **atenderá à necessidade abaixo especificada.**
- 1.2. O objetivo principal é **ESTUDAR DETALHADAMENTE** a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Câmara Municipal de Serro/MG, necessita que sejam realizados procedimentos de obras complementares em sua fachada, com a instalação de grades de proteção e construção de rampas externas, devido a fatores relacionados à segurança, acessibilidade e à adequação estética e funcional do prédio.
 - 2.1.1. Para garantir a segurança do prédio contra possíveis invasões e danos ao patrimônio público, é crucial instalar grades de proteção. Elas funcionam como uma barreira física, guardando o edifício juntamente com os colaboradores e os visitantes da Câmara.
 - 2.1.2. De acordo com as normas de acessibilidade impostas pela legislação brasileira, especialmente a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a construção de rampas externas é importante para garantir o acesso universal. Rampas de garantia que indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida tenham acesso seguro e proteção ao edifício.
 - 2.1.3. A execução dos serviços supracitados é necessária para promover a valorização estética do prédio, preservando a imagem institucional da Câmara Municipal. Uma fachada bem conservada e esteticamente agradável fortalece a representação pública do órgão, transmitindo seriedade, respeito e cuidado com o patrimônio.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 3.1. Considerando que a Câmara Municipal de Serro/MG não elaborou o seu plano anual de contratações, que consiste em um artefato de planejamento não obrigatório, conforme previsto no art. 18, caput, da lei nº 14.133/21, in verbis:

“A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:”

o alinhamento da presente contratação com o PCA, é inexistente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, conforme a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.
- 4.2. A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;
- 4.3. Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico baseado no “**Anexo I - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS - CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO**”, “**Anexo II - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS - MEMÓRIA DE CÁLCULO**”, “**Anexo III - PROJETO EXTERNO CÂMARA - MEMÓRIA DESCRITIVA**”, “**Anexo IV - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS - COMPOSIÇÃO DE BDI**” e “**Anexo V - PROJETO EXTERNO CÂMARA**”, com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.4. REQUISITOS TÉCNICOS

- 4.4.1. Definição do local de execução dos serviços, a saber: **Nova Sede da Câmara Municipal de Serro, localizada Rua Flamboyant, nº 562, bairro São Geraldo, município de Serro/MG, CEP: 39150-000, Coordenadas Geográficas: -669310,26E; 7942182,92s.**
- 4.4.2. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, conforme as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

- 4.4.3. Definição da metodologia executiva a ser adotada, segundo as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- 4.4.4. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas;
- 4.4.5. Empresa de engenharia para execução de serviços complementares (contenções laterais e tratamento de talude superior), conforme quantitativos previstos nos projetos;
- 4.4.6. Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA/CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- 4.4.7. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- 4.4.8. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- 4.4.9. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços conforme a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

4.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- 4.5.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.
- 4.5.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.6. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 4.6.1. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 4.6.2. Demonstração de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como econômico-financeira, nos termos do Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.6.3. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.6.4. É permitida a participação de empresas que atendam às exigências do edital isoladamente ou reunidas em consórcio de até 03 (três) empresas que tenham como objeto social a execução de serviços compatíveis com os descritos no edital;
- 4.6.5. Durante o período de vigência do contrato, é permitida a substituição dos profissionais indicados durante o processo licitatório ou o acréscimo de profissionais, desde que o(s) novo(s) profissional (is) atenda (m) aos requisitos mínimos exigidos em edital e que a substituição seja previamente comunicada e formalmente autorizada pelo fiscal do contrato;
- 4.6.6. A **CONTRATADA** não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela prestação dos serviços ora contratados, salvo se expressamente autorizada a subcontratação de parcela do objeto pela **CONTRATANTE**;
- 4.6.7. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica;
- 4.6.8. Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**;
- 4.6.9. O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do Contrato, inclusive as atinentes à **CONTRATADA**, quanto aos aspectos tributários, sociais, previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais;
- 4.6.10. Serão aplicados os mesmos critérios aplicados à **CONTRATADA** para **HABILITAÇÃO** da possível subcontratada (habilitação jurídica, técnica, econômica, financeira, fiscal e trabalhista);



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

- 4.6.11.** A **CONTRATADA** é responsável por todos os serviços que fazem parte do objeto deste Edital, inclusive os que possivelmente venha a subcontratar, como também pela compatibilização dos mesmos;
- 4.7. Normas da ABNT e das legislações pertinentes** para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- 4.8. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966**, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- 4.9. Lei nº 12.378/2010** regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- 4.10. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977**, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- 4.11. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**
- 4.12.** Os serviços referentes à execução do objeto deste Projeto Básico compreendem o fornecimento de pessoal técnico qualificado, equipamentos, bem como os demais recursos especificados, necessários ao desempenho das atividades a serem desenvolvidas, em conformidade com os padrões de qualidade definidos de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina do trabalho. Além da proteção aos demais usuários/visitantes do espaço;
- 4.13.** A empresa deverá fazer um planejamento eficaz para a obra, visando evitar desperdícios de recursos e desvios de metas, ou pelo menos minimizar situações de risco, garantindo o cumprimento das metas de prazo e custos previstos para o empreendimento, atendendo aos padrões de qualidade e desempenho desejado;
- 4.14.** Após a data da Ordem de Serviço para início da obra, a empresa contará com prazo máximo de 05 (cinco) dias para início da mesma;
- 4.15.** No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da obra, a empresa deverá: providenciar e instalar as placas de obras definidas nas planilhas orçamentária e apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra junto ao CREA, ou Registro de Responsabilidade Técnica, junto ao CAU.
- 4.16.** Todas e quaisquer instalações provisórias montadas no local pela empresa durante a execução dos serviços deverão ser retiradas em seu término. A obra deverá ser entregue limpa e em plenas condições de uso;
- 4.17.** Caberá à empresa o fornecimento e manutenção do Relatório de Obras, devidamente numerado e rubricado pela empresa e pela fiscalização semanalmente, que permanecerá disponível no local da obra.
- 4.17.1.** As medições de serviços, para efeito de pagamento, deverão ocorrer em conformidade com as etapas previstas no contrato, as quais devem ser agendadas previamente com a comissão de fiscalização. No dia marcado para a medição, o responsável técnico da empresa deverá se fazer presente na obra, junto à comissão de fiscalização. A medição será oficializada através de Boletim de Medição, que deverá conter os serviços e quantidades realizadas, atestadas pelo Fiscal Técnico de Contrato e pelo Responsável Técnico da empresa.
- 4.18. FORMA DE RECEBIMENTO**
- 4.18.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 4.18.2.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 4.19. PRAZO DE EXECUÇÃO**
- 4.19.1.** A execução dos serviços deverá iniciar-se em até **05 (cinco) dias** após a assinatura do instrumento contratual pelas partes e respectiva publicação no PNCP e terá o prazo inicial de 30 (trinta) dias.
- 4.19.2.** A empresa deverá apresentar, através de seu responsável técnico, seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de suas máquinas, equipamentos e mão-de-obra, observando e obedecendo, contudo, o prazo estipulado no presente Estudo Técnico Preliminar. Este planejamento deverá considerar a estratégia para cumprimento dos prazos, levando em consideração a possibilidade de ocorrência de chuvas, o lead time dos fornecedores, dentre outros fatores intervenientes;



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

4.20. LOCAL DE EXECUÇÃO

4.20.1. Os serviços deverão ser executados na **Nova Sede da Câmara Municipal de Serro (OBRA EM ANDAMENTO)**, localizada Rua Flamboyant, nº 562, bairro São Geraldo, município de Serro/MG, CEP: 39150-000, Coordenadas Geográficas: -669310,26E; 7942182,92s.

4.21. DIA E HORÁRIO

4.21.1. A empresa deverá apresentar, através de seu responsável técnico, seu **próprio planejamento**, levando em conta a produtividade de suas máquinas, equipamentos e mão-de-obra, observando e obedecendo, contudo, o prazo estipulado no item **4.13 do presente Estudo Técnico Preliminar**. Este planejamento deverá considerar a estratégia para cumprimento dos prazos, levando em consideração a possibilidade de ocorrência de chuvas, o lead time dos fornecedores, dentre outros fatores intervenientes.

4.22. PRAZO DE GARANTIA

4.22.1. O prazo de garantia é de **05 (cinco) anos** contados da data de Recebimento Definitivo da Obra, a licitante, se vier a ser contratada e executar os serviços, responderá pela solidez e segurança do objeto desta licitação, tanto em relação aos materiais empregados na execução, como também ao solo, consoante estabelece o artigo 618 do Código Civil.

4.23. PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO/CORREÇÃO

4.23.1. Mediante notificação da correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Comissão de Fiscalização referentes ao projeto e ao cumprimento das demais obrigações assumidas, a contratada deverá iniciar os trabalhos de reparo/correção em até 03 (três) dias, devendo ainda.

4.24. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.24.1. O prazo da contratação de **60 (sessenta) dias**, contados da assinatura e publicação do instrumento contratual ou equivalente no PNCP.

4.25. CAPACIDADE TECNICA

4.26. Os critérios para habilitação de natureza **jurídica, fiscal, social e trabalhista**, bem como **econômico-financeira** a serem atendidos pelos participantes do certame, estão previstos no edital, nos termos do Art. 62 da Lei nº 14.133/2021;

4.27. Para a qualificação técnico-profissional da prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021:

4.27.1. **Prova de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**, da jurisdição da empresa, na qual conste objetivo social compatível com a execução do objeto, conforme disciplinado na Lei nº 5.194/66;

4.27.2. **Prova de Registro de Pessoa Física, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, da jurisdição da empresa ou pelo **Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**;

4.27.3. A **Capacidade técnico-profissional** deverá ser aferida mediante a comprovação da empresa possuir em seu corpo técnico, na data de abertura da sessão, pelo menos, 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, detentor de atestado (s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado (s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado (s) da (s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT ou equivalente, expedida (s) por aquele Conselho, que comprove (m) ter o profissional executado serviços relativos à execução de obra Pública com quantitativos e objeto semelhantes ao licitado ou privado, com características técnicas similares às do objeto.

4.27.3.1. A comprovação de vínculo do profissional poderá ser feita por meio da apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou de contrato de prestação de serviço;

4.27.3.2. O profissional indicado pela empresa para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço, o qual terá a respectiva ART(s) emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Contratante.

4.27.4. **Declaração de Responsabilidade Técnica**, na qual deverá constar o nome e a qualificação do responsável técnico pela execução da obra, assinada pelo profissional e pelo representante legal da empresa.

4.28. CRITÉRIO DE JULGAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

- 4.28.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Global**.
- 4.29. CUSTOS OPERACIONAIS**
- 4.29.1. Todos os custos operacionais correrão por conta da futura Contratada.
- 4.30. CUSTOS MATERIAIS**
- 4.30.1. Todos os custos materiais necessários ao cumprimento da contratação correrão por conta da futura Contratada.
- 4.31. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 4.31.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará as medições referentes a execução dos serviços que serão acompanhadas/fiscalizadas pelo Fiscal/Responsável Técnico da Contratada
- 4.31.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelo (s) fiscal (is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 4.31.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 4.31.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte)**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 4.32. INDICAÇÃO DE MARCAS/MODELOS (ART. 41, INCISO I, LEI Nº 14.133/2021)**
- 4.32.1. Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas ou modelos.
- 4.33. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO**
- 4.33.1. Na presente contratação não será realizada a vedação de marcas ou modelos.
- 4.34. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS**
- 4.34.1. Na presente contratação não será realizada solicitação de amostras.
- 4.35. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**
- 4.35.1. Na presente contratação não será exigida carta de solidariedade.
- 4.36. SUBCONTRATAÇÃO**
- 4.36.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.37. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**
- 4.37.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts.96 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021, no **percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual**.
- 4.37.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II. seguro-garantia;
 - III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 4.37.3. Quando optar pelo seguro garantia, o contratado terá o prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia e o prazo de vigência da apólice deverá ser de no mínimo 3 meses após o término da vigência do contrato, sendo que continuará em vigor mesmos e o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.37.4. A garantia acompanhar as modificações referentes à vigência e valor do contrato, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- 4.37.5. Nos contratos de execução continuada, ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei;
- 4.37.6. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais exigidos como garantia;
- 4.37.7. Na modalidade seguro garantia, a seguradora fica obrigada a, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

- I. a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:
 - a. ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
 - b. acompanhar a execução do contrato principal;
 - c. ter acesso a auditoria técnica e contábil;
 - d. requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;
 - II. a emissão de empenho em nome da seguradora, ou aquém ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;
 - III. a seguradora poderá sub contratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.
- 4.37.8.** Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:
- I. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
 - II. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice;
- 4.37.9.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Contratante e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 4.37.10.** Não será aceita prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais;
- 4.37.11.** A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 4.37.12.** A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.
- 4.37.13.** A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela **CONTRATADA**, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.
- 4.37.14.** Caso ocorra alteração do contrato ou a prorrogação da vigência, observadas as disposições constantes nos arts. 105 e 124, da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** deverá, a cada celebração de termo aditivo/apostilamento, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato, no prazo máximo de 30 dias.
- 4.37.15.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 4.37.16.** Caso o contratado não providencie a adequação da garantia no prazo de até 25 dias corridos, a Contratante fica autorizada a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.
- 4.37.17.** A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.
- 4.37.18.** A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.37.19.** Será considerada extinta e liberada a garantia:
- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE** de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as obrigações contratuais;
 - b) No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

4.38. VISTORIA

- 4.38.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é opcional, porém absolutamente necessário para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **16:00** horas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

- 4.38.2.** A visita técnica para conhecimento do local do objeto deverá ser agendada junto a Câmara Municipal Serro/MG através do e-mail: camara.serro@hotmail.com, pelo telefone da Câmara Municipal de Serro/MG: 3835411284, e poderá ser realizada até 48h do horário marcado da data prevista para o início da sessão online, devendo anexar a plataforma junto com os demais documentos de habilitação o Atestado de Visita realizada pelo responsável técnico, emitida pelo Departamento de Engenharia, comprovando o efetivo conhecimento do local da obra;
- 4.38.3.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.38.4.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.38.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**
- 4.38.6.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.39. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

- 4.39.1.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

4.40. REGIME DE EXECUÇÃO

- 4.40.1.** O regime de execução do contrato será de **Empreitada por Preço Global**.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 5.1.** Os quantitativos dos serviços estão pormenorizados no **“Anexo I - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS – CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO”**.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a contratação pretendida foram avaliadas várias alternativas de mercado. Esse levantamento considerou a capacidade técnica, experiência em obras públicas e adequação às normativas de acessibilidade e segurança. Abaixo estão as principais alternativas de empresas, tipos de contratação e critérios para a escolha.

6.1. Tipos de Empresas Especializadas

- 6.1.1.** Existem diversos tipos de empresas que podem ser contratadas para executar essas obras. As principais alternativas são:

a) Construtoras de Médio e Grande Porte

Essas empresas têm grande capacidade técnica e estrutura para executar projetos completos, desde a elaboração do projeto arquitetônico até a execução final. Elas são adequadas para obras de maior complexidade e têm experiência em projetos de prédios públicos e reformas de prédios históricos.

- a. Vantagens:** Equipes completas (engenheiros, arquitetos, mão de obra qualificada), capacidade de cumprimento de prazos rigorosos, experiência com processos licitatórios e normativas técnicas.

b) Empresas Especializadas em Acessibilidade e Segurança

Essas empresas focam em projetos específicos voltados para a acessibilidade (rampas, pisos táteis, corrimãos) e segurança (grades, sistemas de proteção). Elas têm expertise na instalação de rampas conforme a **NBR 9050** e em soluções de segurança com instalação de grades de proteção.

- a. Vantagens:** Expertise em projetos específicos, menor custo em comparação às grandes construtoras, atendimento direcionado às necessidades de acessibilidade e segurança.

c) Empresas de Reforma e Conservação de Prédios Públicos

Algumas empresas possuem especialização na reforma e conservação de prédios públicos ou históricos, o que é crucial quando se trata de manter as características originais da construção, principalmente em cidades históricas como Serro/MG. Essas empresas oferecem expertise em renovação de fachadas, manutenção patrimonial e adequações normativas.

- a. Vantagens:** Conhecimento técnico em reformas de edifícios públicos e/ou tombados pelo patrimônio histórico, cumprimento de normativas patrimoniais.

6.2. Modalidades de Contratação

A contratação de empresas para a execução das obras complementares pode ser feita por meio de diferentes modalidades, conforme a legislação de contratação pública (Lei nº 14.133/2021):

a) Licitação Pública



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

A licitação é o processo mais comum para contratação de serviços e obras públicas, e deve ser realizado conforme as modalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021):

a. Concorrência Pública

Usada para contratações de maior valor. Empresas de todo o país podem participar, o que aumenta a competitividade e a possibilidade de encontrar preços mais vantajosos.

- i. **Vantagens:** Transparência no processo de escolha, competição entre várias empresas, resultando em uma possível redução de custos. Modalidade indicada pela legislação vigente.

b. Tomada de Preços

Alternativa para contratos de menor valor, direcionada a empresas cadastradas e previamente habilitadas pela administração pública.

- i. **Desvantagens:** modalidade indicada pela lei 8.666/93, agora revogada.

c. Pregão Eletrônico

Modalidade muito utilizada para a contratação de serviços comuns, inclusive de engenharia. O pregão eletrônico é mais ágil que a concorrência pública e pode ser vantajoso para obras de menor complexidade, como rampas e grades de proteção.

- i. **Vantagens:** Menor tempo de execução do processo licitatório, ampla competitividade, permitindo a participação de empresas de diversas regiões do Brasil.
- ii. **Desvantagens:** Nem sempre é indicado para obras de maior complexidade ou projetos de restauração que exigem maior especialização.

d. Contratação Direta (Inexigibilidade ou Dispensa de Licitação)

Dependendo do valor da obra ou da natureza do serviço, é possível realizar a contratação direta por dispensa de licitação, conforme os limites estabelecidos pela legislação, ou por inexigibilidade, quando há inviabilidade de competição, como em casos onde apenas uma empresa específica pode realizar o serviço, por exemplo, em obras de restauração histórica.

- i. **Vantagens:** Rapidez no processo de contratação, menos burocracia.
- ii. **Desvantagens:** Aplicável apenas em situações muito específicas e de menor valor ou complexidade.

- 6.3. Concluindo, de acordo com os estudos realizados, a contratação visará firmar contratos com empresas do ramo de obras e serviços de engenharia. A contratação através da licitação na modalidade de Concorrência, na sua forma Eletrônica, uma vez que é a modalidade padrão a ser aplicado a obras e serviços de engenharia, é a forma mais indicada de garantir a execução dos serviços pretendidos.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Os quantitativos estimados foram obtidos através de consultas nas tabelas **SINAPI** e **SEINFRA**, além de cotação do item “1.21.1. GRADIL EM PERFIL 30X50mm, BARRA CHATA 1" E BARRA 1/2"”
- 7.2. O valor total dos serviços está detalhado no “**Anexo I – PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS – CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO**”.

8. DO SIGILO DO PREÇO MÉDIO DA LICITAÇÃO

- 8.1. O valor médio obtido na pesquisa de preços deverá ser divulgado aos fornecedores desde o momento da publicação do Edital/Aviso de Contratação.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 9.1. A solução para a realização das obras complementares de fachada, grades de proteção e rampas externas na Câmara Municipal de Serro/MG envolve uma abordagem integrada, que abrange aspectos de segurança, acessibilidade, estética e conformidade com as normativas legais. A execução deve ser realizada de forma planejada e coordenada, garantindo que cada etapa da obra atenda aos objetivos funcionais e estéticos, além de respeitar os princípios de eficiência e economia.
- 9.2. A instalação de grades de proteção deverá utilizar material de alta durabilidade e resistência, sem comprometer a estética do prédio. As grades podem ser projetadas para harmonizar com o design da fachada, mantendo um visual adequado e preservando o caráter público e aberto da Câmara Municipal.
- 9.3. A construção de rampas de acesso é uma prioridade para assegurar a acessibilidade universal. As rampas deverão seguir as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- 9.4. Os serviços devem garantir:



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

9.4.1. Inclinação adequada para garantir o acesso seguro a pessoas com mobilidade reduzida, idosos e usuários de cadeira de rodas.

9.4.2. Instalação de corrimãos nas laterais das rampas para segurança adicional.

9.4.3. Sempre que possível, a solução deve buscar o uso de materiais sustentáveis e técnicas construtivas que respeitem o meio ambiente, como sistemas de drenagem adequados para a gestão de águas pluviais e a utilização de materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental.

9.5. Todas as intervenções deverão estar em conformidade com as normas técnicas brasileiras e legislações locais e federais, como o Código de Obras do município e as regulamentações de acessibilidade.

9.6. A solução proposta abrange tanto a modernização e conservação do edifício quanto a garantia de segurança e acessibilidade, criando um ambiente mais seguro, acessível e funcional para servidores e cidadãos. Além de atender às exigências legais, essas obras complementares reforçam o compromisso da Câmara Municipal com a transparência, a inclusão e a valorização do patrimônio público.

9.7. A implementação de todas essas etapas de forma integrada e planejada assegura que o prédio da Câmara Municipal de Serro/MG esteja em conformidade com as exigências contemporâneas de uso público, segurança e acessibilidade, além de melhorar a experiência dos cidadãos que frequentam o local.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município;

11.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, para evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato;

11.3. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1. As providências prévias constituem:

12.1.1. Elaboração de Portaria nomeando Gestor e Fiscal do Contrato.

12.1.2. Convocação da contratada para reunião com o objetivo assinatura do contrato e definições da execução dos serviços.

12.2. INDICAÇÃO DE GESTOR DA CONTRATAÇÃO

12.2.1. O gestor da contratação será o Sr. (a) Márcio Cândido Alves

12.3. INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

12.3.1. Fica indicado como Fiscal do Contrato o Servidor Sr. (a) Paulo Sérgio Torres Procópio.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos nesta contratação ora proposta;

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Caberá à empresa contratada fazer a correta destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos da construção civil, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010);

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

16. APÊNDICES E ANEXOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CNPJ: 38.521.498/0001-00

- 16.1.** Constitui apêndice do presente Estudo Técnico Preliminar, dando suporte a elaboração do mesmo e as peças seguintes;
- 16.1.1. Anexo I - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS - CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO;**
 - 16.1.2. Anexo II - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS - MEMÓRIA DE CÁLCULO;**
 - 16.1.3. Anexo III - PROJETO EXTERNO CÂMARA - MEMÓRIA DESCRITIVA;**
 - 16.1.4. Anexo IV - PLANILHA DE SERVIÇOS EXTERNOS - COMPOSIÇÃO DE BDI;**
 - 16.1.5. Anexo V - PROJETO EXTERNO CÂMARA;**

Serro/MG, 02 de setembro de 2024

Paulo Sérgio Torres Procópio
Matrícula nº
Responsável por elaborar o ETP